

## **POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE**

### **SITE CASA GALP**

O Grupo Galp assegura o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD) e demais legislação sobre matéria de proteção de dados pessoais e privacidade. assegura o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD) e demais legislação sobre matéria de proteção de dados pessoais e privacidade.

#### **I. Quem é o responsável pelo tratamento dos meus dados pessoais?**

A Petrogal, S.A., com sede na Avenida da Índia, 8, 1349-065 Lisboa (adiante designada por «GALP»), é a responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais para as finalidades indicadas na presente Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade (doravante, “Política”).

#### **II. Que dados pessoais vão ser tratados, para que finalidades, qual o fundamento de licitude e o prazo de conservação?**

A GALP procederá ao tratamento das seguintes categorias de dados pessoais para as finalidades a seguir enunciadas, com os fundamentos de licitude e prazos de conservação adiante indicados:

<b>Finalidades do Tratamento</b>	<b>Subfinalidades</b>	<b>Categorias de dados</b>	<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Prazos de Conservação <sup>(1)</sup></b>
<b>Gestão de websites e aplicações</b>	Gestão de Perfil	Identificação pessoal   Contacto	Execução do contrato cujos termos se regem pelos T&C de uso do Website/App	Até 6 meses a contar da última visita ao Website/App
	Autenticação e acessos	Autenticação e acessos		
	Suporte	Identificação pessoal   Contacto		

<b>Finalidades do Tratamento</b>	<b>Subfinalidades</b>	<b>Categorias de dados</b>	<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Prazos de Conservação (1)</b>
<b>Gestão da relação contratual</b>	Gestão de clientes e contratos	Identificação pessoal   Contacto   Contrato   Cartões de fidelização   Meios de pagamento e transações   Reclamações	Diligências pré-contratuais ou execução do contrato  Interesse legítimo se o titular não for parte no contrato	Até 1 ano após o termo do contrato ou, não tendo sido celebrado, até 6 meses
	Gestão de fornecedores	Contrato	Diligências pré-contratuais ou execução do contrato  Interesse legítimo no caso de o fornecedor ser pessoa coletiva quanto a dados de titulares que não são parte no contrato	Até 5 anos após a qualificação como fornecedor ou após o termo do processo de contratação
	Gestão de cobranças e recuperação de crédito	Contrato   Situação financeira	Execução do contrato  Interesse legítimo	Os dados serão conservados até pagamento ou até ao fim do prazo de prescrição da dívida

<b>Finalidades do Tratamento</b>	<b>Subfinalidades</b>	<b>Categorias de dados</b>	<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Prazos de Conservação (1)</b>
	Gestão administrativa	Identificação pessoal   Contacto	Execução do contrato Interesse legítimo	
	Gestão económica e contabilística	Identificação pessoal   Contacto   Situação Financeira   Meios de pagamento e transações	Interesse legítimo	Até 1 ano após termo da relação contratual
	Gestão financeira	Identificação pessoal   Contacto   Situação Financeira   Meios de pagamento e transações	Execução do contrato Interesse legítimo	
	Gestão de contencioso	Processo judicial	Execução do contrato Interesse legítimo	Até 6 meses após o trânsito em julgado da respetiva sentença
			Execução do contrato	Até 1 ano após o termo da relação contratual
	Gestão e realização de auditorias	Identificação pessoal   Contacto   Contrato	Interesse legítimo	Até 5 anos após encerramento da auditoria
			Obrigação legal	Pelo período legal ou, se inexistente, até 5 anos após a encerramento da auditoria

<b>Finalidades do Tratamento</b>	<b>Subfinalidades</b>	<b>Categorias de dados</b>	<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Prazos de Conservação (1)</b>
	Prevenção de fraude	Identificação pessoal   Contacto   Contrato   Cartões de fidelização   Meios de pagamento e transações	Obrigação legal	Pelo período legal
	Comunicações institucionais	Identificação pessoal   Contacto	Interesse legítimo	Até 1 ano após última comunicação ou termo da relação institucional
	Prestação de informações a autoridades judiciais, administrativas, de supervisão e/ou regulatórias	Identificação pessoal   Contacto   Contrato	Obrigação legal	Pelo período legal
	Gravação de chamadas no âmbito da relação contratual	Identificação pessoal   Contacto   Contrato	Consentimento	Até 24 meses após a gravação das chamadas, acrescido de prazo de caducidade ou prescrição
	Gravação de chamadas para monitoria da qualidade do atendimento	Identificação pessoal   Contacto   Contrato   Comunicações Eletrónicas (registo da gravação)	Consentimento	Até 30 dias após a gravação das chamadas
	Conservação de chamadas gravadas para cumprimento de		Obrigação legal	Pelo período legal

<b>Finalidades do Tratamento</b>	<b>Subfinalidades</b>	<b>Categorias de dados</b>	<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Prazos de Conservação (1)</b>
	uma obrigação legal			
<b>Segurança de pessoas e bens</b>	Controlo de acessos físicos	Identificação pessoal	Interesse legítimo	Até 2 anos após inativação dos acessos
	Controlo de acessos lógicos	Identificação pessoal   Navegação Web   Autenticação e Acessos		Até 120 dias sem execução de login a um determinado sistema de informação ou até à cessação do vínculo contratual
	Proteção de pessoas e bens	Identificação pessoal		Consoante a finalidade da recolha
	Gestão e manutenção de sistemas e tecnologias de informação	Identificação pessoal   Navegação Web   Autenticação e Acessos	Interesse legítimo	Até 1 ano após cessação do uso do sistema ou tecnologia
	Videovigilância	Imagens de vídeo	Interesse legítimo	Até 30 dias após a recolha das imagens
	Geolocalização	Localização geográfica	Consentimento	Consoante a finalidade da recolha

<b>Finalidades do Tratamento</b>	<b>Subfinalidades</b>	<b>Categorias de dados</b>	<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Prazos de Conservação (1)</b>
	Gravação de chamadas para prover situações de emergência	Identificação pessoal   Contacto   Contrato   Comunicações Eletrónicas (registo da gravação)	Obrigação legal	Pelo período estritamente necessário para resolver a situação de emergência e auditar a forma como foi resolvida. Findo este prazo, a chamada será conservada pelo período legal necessário para cumprimento Regulamento ERSE
<b>Atividade comercial e de marketing</b>	Angariação de clientes ou qualificação de leads	Identificação pessoal   Contacto	Diligências pré-contratuais ou execução do contrato	Até 6 meses após a recolha sem que tenha sido celebrado contrato
	Marketing Direto		Consentimento	Até 1 ano após o último contacto
			Interesse legítimo	Até à cessação do contrato ou até 1 ano para aquisições esporádicas
	Análise e definição	Identificação pessoal   Contacto	Interesse legítimo	Até à cessação do

<b>Finalidades do Tratamento</b>	<b>Subfinalidades</b>	<b>Categorias de dados</b>	<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Prazos de Conservação (1)</b>
	generalizada de perfis	Contrato   Dados resultantes das análises de perfil		motivo que originou a recolha
	Análise e definição individualizada de perfis			Até 1 ano após recolha ou até à cessação do motivo que originou a recolha
	Inquéritos de satisfação/opinião	Identificação pessoal   Contacto   Dados resultantes do inquérito	Consentimento	Os dados de identificação e contacto podem ser tratados até 1 ano após o último contacto
	Gestão e organização de passatempos			Até 1 ano após recolha, para os dados resultantes do inquérito
	Gestão e organização de eventos	Identificação pessoal   Contacto	Execução Contratual	Pelo período de 1 ano após a cessação do passatempo
		Identificação pessoal		Pelo período de 1 ano após realização do evento
		Consentimento		

<b>Finalidades do Tratamento</b>	<b>Subfinalidades</b>	<b>Categorias de dados</b>	<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Prazos de Conservação <sup>(1)</sup></b>
	Recolha e divulgação de imagens e/ou voz		Interesse legítimo	Pelo período de 5 anos após a recolha

(1) O prazo de conservação pode ser superior ao indicado em cumprimento de obrigações legais (e pelo período definido nas mesmas) ou, em caso de procedimento contraordenacional ou judicial, até 6 meses após o trânsito em julgado da respetiva sentença. Podem ainda ser conservados para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.

Caso o fundamento de licitude para o tratamento dos seus dados pessoais seja o consentimento, o titular dos dados pode retirar o mesmo, de forma livre e gratuita, a qualquer altura, sem que daí advenha qualquer consequência negativa para si. No entanto, a retirada do consentimento não compromete a licitude dos tratamentos efetuados com base nos consentimentos anteriormente dados. Caso seja retirado o consentimento, a GALP cessará imediatamente o tratamento dos seus dados pessoais para a finalidade em causa e procederá ao apagamento dos mesmos, salvo se houver necessidade de tratar os dados ou de os conservar para o cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais ou se existir outro fundamento de licitude para o tratamento destes dados.

Quando os dados sejam tratados com fundamento em interesses legítimos, ou quando sejam tratados para fins de comercialização direta, o titular dos dados tem o direito de se opor ao tratamento, o que poderá fazer nos termos do ponto V desta Política. Neste caso, a GALP cessará o tratamento dos dados pessoais, exceto se existirem razões imperiosas e legítimas para a continuidade desse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou se os dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial. Se os dados estiverem a ser tratados para efeitos de marketing direto e o titular exercer o seu direito de oposição, a cessação do tratamento será imediata.

Se o fundamento de licitude para o tratamento dos dados for a sua necessidade para diligências pré-contratuais ou para execução do contrato, caso não nos faculte os dados pessoais solicitados tal poderá impedir a conclusão do respetivo contrato e/ou, quando aplicável, inviabilizar que lhe sejam fornecidos os produtos ou serviços solicitados.

### **III. Como é que os meus dados pessoais vão ser tratados?**

Os seus dados pessoais serão tratados pela GALP, no contexto das finalidades antes indicadas, de acordo com esta Política e as normas internas do Grupo Galp e com recurso a medidas técnicas e organizativas adequadas para promover a respetiva segurança e confidencialidade, nomeadamente em relação ao tratamento não autorizado ou ilícito dos seus dados pessoais e à respetiva perda, destruição ou danificação accidental.

Os tratamentos dos seus dados ao abrigo da presente Política não implicarão a tomada de decisões individuais automatizadas.

Os dados de voz e imagem podem ser usados, caso não se oponha, em formato não revisto, revisto ou editado, na base de dados de imprensa do Grupo Galp para fins informativos e não comerciais e ainda nas contas do Grupo Galp criadas nas redes sociais.

### **IV. Quem são os destinatários dos meus dados pessoais?**

Os seus dados pessoais podem ser facultados a empresas encarregues da prestação de serviços à GALP ("Subcontratantes"), que estão vinculadas a esta por contrato escrito ou outro instrumento juridicamente vinculativo, e que apenas podem tratar os seus dados pessoais para as finalidades aí estabelecidas, de acordo com as instruções da GALP e não estão autorizadas a tratá-los, direta ou indiretamente, para qualquer outra finalidade, em proveito próprio ou de terceiro.

Os seus dados pessoais podem também ser partilhados com entidades com quem a GALP estabeleça parcerias, ao abrigo de acordos de responsabilidade conjunta, no caso de serem corresponsáveis pelo tratamento dos dados pessoais.

Existindo um interesse legítimo na partilha de dados intragrupo, os seus dados pessoais podem ser transmitidos, para fins administrativos internos, entre as empresas do Grupo Galp.

Em cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais, os seus dados pessoais poderão ainda ser transmitidos a terceiros, para prossecução de finalidades próprias, atuando estas entidades como responsáveis autónomos pelo tratamento dos dados pessoais, designadamente a operadores de rede, bancos e seguradoras, autoridades judiciais, administrativas,

de supervisão ou regulatórias e ainda entidades que realizem, licitamente, ações de compilação de dados, ações de prevenção e combate à fraude, estudos de mercado ou estatísticos.

Poderá receber informação adicional sobre as entidades em específico a quem poderão ser facultados os seus dados, podendo solicitar esta informação através dos meios de contacto referidos no ponto desta Política sobre o exercício dos seus direitos.

Quando opta por seguir a GALP nas redes sociais, ou quando acede ao website através destas, ou ainda para facilitar a sua navegação no website (designadamente para visualizar, através do Google Maps, os postos de abastecimento mais próximos da sua localização), os seus dados pessoais poderão ser tratados pelas entidades gestoras das redes sociais ou das funcionalidades disponibilizadas, de acordo com as respetivas políticas de privacidade, cuja leitura recomendamos, antes de navegar neste website.

A GALP pode ainda transferir os seus dados pessoais para fora do Espaço Económico Europeu, caso tal se justifique no âmbito da execução de um contrato ou em cumprimento de uma obrigação legal, assegurando que estas transferências cumprem a legislação aplicável, nomeadamente o Capítulo V do RGPD. Tal poderá ser garantido, por exemplo, assegurando que os dados pessoais apenas são transferidos ao abrigo de uma decisão de adequação da Comissão Europeia ou das cláusulas contratuais-tipo aprovadas pela Comissão Europeia (estas últimas complementadas, se necessário, por medidas suplementares para garantir um nível de proteção adequado), ou ainda por via de regras vinculativas aplicáveis às empresas ou de qualquer outro meio legalmente previsto que seja adequado à transferência.

## **V. Que direitos tenho sobre os meus dados pessoais?**

Enquanto titular dos dados, sempre que aplicável, poderá exercer os seguintes direitos: (i) direito de acesso, (ii) direito de retificação, (iii) direito ao apagamento, (iv) direito à limitação do tratamento, (v) direito de portabilidade dos dados ou (vi) direito de oposição (ou direito a retirar o consentimento).

Tem também o direito a (i) apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente - em Portugal, a Comissão Nacional de Proteção de Dados ("CNPD") - e (ii) obter reparação e/ou indemnização, por via judicial, se considerar que o tratamento realizado

viola os seus direitos e/ou a legislação em matéria de proteção de dados pessoais e de privacidade aplicáveis.

Clique [aqui](#) ou vá a [direitos.galp.com](http://direitos.galp.com) para exercer os seus direitos consagrados na legislação aplicável em matéria de dados pessoais e de privacidade. Em alternativa pode exercê-los através do e-mail [data.privacy@galp.com](mailto:data.privacy@galp.com).

## **VI. Informação sobre cookies**

Aconselhamos a leitura da política de cookies, disponibilizada neste *website* e que constitui parte integrante da presente Política, para saber mais informações a respeito do tratamento dos seus dados pessoais realizado através desta funcionalidade.

## **VII. Alterações à Política de Proteção de Dados Pessoais e de Privacidade**

A GALP pode, a qualquer momento, alterar a presente Política em conformidade com novos requisitos legais ou regulamentares ou proceder à respetiva atualização, caso tal se justifique. Aconselhamos a consulta regular desta Política para verificar as versões mais atualizadas, sendo que a GALP procurará dar proactivamente conhecimento de quaisquer alterações relevantes, nomeadamente através da colocação de um aviso no website e/ou dos meios de contacto que nos tenha disponibilizado, quando aplicável.

Para quaisquer outras questões relacionadas com a proteção e privacidade dos dados pessoais pode contactar o Encarregado da Proteção de Dados do Grupo Galp através do e-mail [dpo@galp.com](mailto:dpo@galp.com).

Data da última atualização: 16 de outubro de 2025